

## **Timor-Leste takes dispute with Oilex oil company to International Chamber of Commerce**

*[Unofficial translation by La'o Hamutuk. Portuguese original follows below.]*

LUSA, October 19, 2018 -- Oil company Oilex Ltd announced Thursday that the Timorese Government has requested arbitration from the International Chamber of Commerce (ICC) in Singapore due to a dispute over the termination of an exploration contract in the Timor Sea.

“It is disappointing that [Timor-Leste] has elected to pursue arbitration at this point. The joint venture had previously and will continue to negotiate in good faith, with previous offers to settle the matter being generous,” said Joe Salomon, Managing Director of Oilex.

It was not possible for Lusa to obtain a comment from the National Petroleum and Mineral Authority (ANPM) which, on behalf of Timor-Leste, brought the case to arbitration.

The process began in November 2006 when a consortium formed by Oilex signed a Production Sharing Contract (PSC) for area JPDA 06-103, with the then Timor Sea Designated Authority (later transformed into the National Petroleum and Mineral Authority (ANPM)).

The Joint Petroleum Development Area (JPDA), which is divided into several sectors, corresponded to the Timor Sea region where there was a border dispute between Timor-Leste and Australia and, therefore, was jointly managed.

In addition to Oilex (which owns 10% and was the contract operator), the consortium also includes Videocon (20%), Bharat PetroResources (20%), Gujarat State Petroleum Company (20%), and Pan Pacific Petroleum (15%) and Japan Energy (15%).

On 12 July 2013, the operator (Oilex) on behalf of the consortium submitted to ANPM a request to terminate the PSC by mutual agreement and without penalty, “in accordance with the production sharing contract terms,” the company argued.

“This request arose from the ongoing uncertainty in relation to security of tenure in the PSC area attributable to ongoing arbitration proceedings between signatories to the Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea” (CMATS), the company wrote on its website.

On May 15, 2015, ANPM issued a notice of termination and a request for payment of \$17 million, which it estimated to be the cost of “exploration activities not carried out in 2013 and certain local content obligations set out in the PSC.”

“The consortium rejected this argument considering that a zero penalty should be imposed because the consortium conducted significant explorations that were not properly credited according to the PSC,” Oilex explains.

The consortium responded by rejecting the penalty payment and said that ANPM owed it \$56 million for higher-than-expected expenses.

The company explained that there is not yet a timeframe for the ICC hearing but that it does not expect a decision until 2020.

ASP // FST

## **Timor-Leste leva disputa com petrolífera Oilex à Câmara de Comércio Internacional**

Dili, 19 out 2018 (Lusa) - A petrolífera Oilex Lda anunciou quinta-feira que o Governo timorense solicitou a arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC) em Singapura devido a uma disputa sobre o fim de um contrato de exploração no Mar de Timor.

“É decepcionante que [Timor-Leste] tenha decidido procurar a arbitragem neste momento. O consórcio tinha vindo e continua a negociar de boa fé, tendo feito anteriormente ofertas generosas para resolver o assunto”, disse Joe Salomon, diretor executivo da Oilex.

Não foi possível à Lusa obter um comentário da Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANMP) que, em nome de Timor-Leste, levou o caso à arbitragem.

O processo começou em novembro de 2006 quando um consórcio integrado pela Oilex assinou um “Contrato de Partilha de Produção” (PSC na sua sigla em inglês) para a zona JPDA 06-103, com a então Autoridade Designada do Mar de Timor (depois transformada em Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANMP)).

A Joint Petroleum Development Area (JPDA), que está dividida em vários setores, correspondia à região do Mar de Timor onde havia disputa sobre fronteiras entre Timor-Leste e a Austrália e que era, como tal, gerida conjuntamente.

Além da Oilex (que detém 10% e era operadora do contrato), o consórcio integra ainda a Videocon (20%), a Bharat PetroResources (20%) e Gujarat State Petroleum Company (20%), e posteriormente a Pan Pacific Petroleum (15%) e a Japan Energy (15%).

A 12 de julho de 2013 a operadora (Oilex) em nome do consórcio, submeteu à ANMP um pedido para terminar o PSC por acordo mútuo e sem penalização, “como está previsto no próprio contrato”, argumentou a empresa.

“Este pedido surgiu devido à continuada incerteza relativamente à segurança de titularidade da zona abrangida pelo PSC, devido a continuados processos de arbitragem entre os signatários do o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS), [Austrália e Timor-Leste]”, escreveu a empresa na sua página na internet.

A 15 de maio de 2015, a ANMP emitiu uma notificação de fim e um pedido de pagamento de 17 milhões de dólares, que estimou serem o custo de “atividades de exploração não levadas a cabo em 2013, bem como certas obrigações de conteúdo local definidas no PSC”.

“O consórcio rejeitou este argumento considerando que se deveria aplicar uma penalidade nula porque o consórcio conduziu explorações significativas que não foram adequadamente creditadas de acordo com o PSC”, explica a Oilex.

O consórcio respondeu rejeitando o pagamento de penalização e afirmou que a ANMP lhe devia 56 milhões de dólares por gastos acima dos previstos.

A empresa explicou que não há ainda um calendário para a arbitragem mas que não espera uma decisão até 2020.

ASP // FST